

## PETROPOLITANAS

POR REDAÇÃO



Divulgação

Órgão orienta a população para não entrar em pânico

## Vila Felipe recebe simulado sobre chuva forte

Com o objetivo de preparar Petrópolis para as fortes chuvas de verão, a Prefeitura, por meio da Secretaria de Defesa Civil, vai realizar nesta quarta-feira (10), às 10h, um simulado na região do Vila Felipe, no Alto da Serra. O treinamento vai contar com a participação das secretarias de Saúde, Educação e Assistência Social; o Serviço de Atendimento Móvel de

Urgência (Samu); a Guarda Civil Municipal (GCM); a Coordenadoria de Bem Estar Animal (Cobea); a ONU Habitat; os núcleos de Proteção e Defesa Civil (Nudecs) Campinho e Vila Felipe; o Corpo de Bombeiros e as secretarias de Estado e Nacional de Defesa Civil. O simulado vai contar com o Defesa Civil Alerta com o uso do sistema Cell Broadcast.

## Ações que serão realizadas

Haverá o acionamento das sirenes do Vila Felipe e a abertura do ponto de apoio da região, que fica na Escola Municipal Rubens de Castro. A escola vai funcionar normalmente durante o simulado. Também vai acontecer simulação de atendimento de emergência do Samu

e do Corpo de Bombeiros; além do cadastramento de animais levados pelos moradores ao ponto de apoio. "É importante que as pessoas participem do simulado para que estejamos preparados para as situações de emergência", disse o prefeito Hingo Hammes.



Wellington Freitas

Um mesmo coletivo quebrou duas vezes nesta terça

## Passageiros seguem com problemas na Turp Transporte

Somente nesta terça-feira (09), pelos menos três ônibus da empresa Turp Transporte quebraram durante as viagens. Entre eles está o coletivo de prefixo 6304, que por duas vezes, deixou os passageiros a pé. As quebras geram um questionamento: desse forma a empresa conseguirá o reajuste da tarifa para R\$5,90, conforme

determinado pela justiça? Para isso a empresa deve cumprir com obrigações impostas na 4ª Vara. Cabe ressaltar que o RMO segue desatualizado no site da CPTrans. O Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário de Petrópolis (Setranspetro) foi questionado sobre as quebras, mas não obtivemos retorno até o momento.

## Denúncia de obra parada

A vereadora Júlia Casamasso em conjunto com deputado estadual Yuri Moura realizaram uma vistoria na Rua Nova, em Petrópolis. Segundo os parlamentares, os recursos para a obra da região foram disponibilizadas pelo Programa de Ace-

leração do Crescimento (Novo PAC), mas as intervenções no local estão atrasadas e por isso, ofício será encaminhado ao executivo, questionando o andamento das obras no local. A região foi muito afetada por conta da chuva em 2022.

## Prazo no fim

O Simpósio de Atividades Físicas, Esportes e Lazer acontece neste sábado (13). Com o tema: "Psicologia do Esporte", o evento é uma oportunidade para fortalecer os diálogos no setor esportivo em Petrópolis. As inscrições podem ser feitas pelo site da Prefeitura (www.petropolis.rj.gov.br).

Durante o simpósio os participantes poderão vivenciar palestras em torno dos temas saúde mental, performance física, inteligência artificial, redes sociais e psicologia do esporte. A coordenadora do Simpósio, Clévia Sies, destacou que o encontro é um momento de troca de experiências.

## Prefeitura prevê aumento no saldo previdenciário

Município também projeta crescimento na receita fiscal

Por Leandra Lima

A Prefeitura de Petrópolis projeta alcançar, em 2026, um aumento no saldo previdenciário, com um superávit do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) de 17,86%. O que corresponde a um montante de mais de R\$150 milhões, cerca de R\$30 milhões a mais do que em 2025 (R\$129 mi). A Receita RPPS também tende a crescer 10,27% devido ao maior volume de contribuições. Consequentemente, as despesas da mesma tendem a aumentar 9,76%. Os dados são da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), destinada para apreciação da Câmara Municipal.

O aumento da receita da pasta volta os olhares para as dificuldades do Instituto de Previdência e Assistência Social do Servidor Público do município de Petrópolis (INPAS), que atualmente sofre com um rombo histórico de R\$ 4,5 bilhões, gerado por gestões anteriores. Para tentar equilibrar a conta, o instituto tenta, junto ao ente público, aplicar uma reforma da previdência do servidor.

Medida essa que foi tema de rejeições por parte da classe. Na primeira tentativa de passar o projeto, o Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro (TCE) constatou algumas irregularidades no texto do projeto enviado ao Executivo, como: ausência de participação dos servidores na elaboração do projeto; a falta de anuência do Conselho Municipal Previdenciário, em descumprimento à Lei Federal nº 9.717/1998; e a inexistência de estudo de impacto financeiro para alterações como a redução das pensões por morte, entre outros pontos estruturais.

## Receita

Há uma previsão de aumento da Receita Total, que inclui todas as fontes de receita geradas no âmbito municipal, que sai de cerca de R\$ 1,4 bilhão para uma projeção de quase R\$ 1,6 bilhão para 2026. Já a Receita Primária é gerada por fontes próprias, ou seja, totalmente da Prefeitura.

## Inconsistências

Apesar do saldo positivo previsto, vereadores apontam que os recursos destinados a diversos setores, como saúde, educação, obras e desenvolvimento social, apresentam inconsistências.

Uma dessa divisões foi criticada pela vereadora Júlia Casa-



Arquivo CM

Apesar dos saldos positivos, parlamentares apontam inconsistências no projeto

masso (PSOL), que alegou um déficit no valor apresentado para o orçamento da merenda escolar, que segue sem mudança nos R\$ 15 milhões de 2025, já considerado insuficiente frente às denúncias de falta de insumos básicos como feijão, óleo, açúcar e leite, além de racionamento da merenda.

O orçamento destinado à merenda prevê apenas valores provenientes exclusivamente de repasses federais do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e de royalties, sem qualquer incremento municipal. O montante é considerado insuficiente pelo Conselho de Alimentação Escolar (CAE), que estima em até R\$ 40 milhões o valor necessário para garantir refeições durante todo o ano letivo.

Segundo a vereadora, - "o montante previsto, não atende ao mínimo necessário para assegurar a regularidade, a qualidade nutricional e a quantidade adequada das refeições escolares ao longo do ano letivo de 2026, conforme manifestação técnica do Conselho de Alimentação Escolar -".

"Essa insuficiência compromete diretamente a permanência e o desempenho dos alunos, além de agravar a situação de insegurança alimentar de inúmeras famílias que têm na merenda escolar sua principal fonte de nutrição. Ainda que o município se encontre em cenário de calamidade financeira, a garantia da segurança alimen-

tar de crianças e adolescentes deve ser tratada como prioridade", expressa no ofício enviado ao Executivo para que haja revisão do projeto.

Outra sinalização de Júlia é a falta de adequação na lei orçamentária de uma norma proferida pela Vara da Infância, da Juventude e do Idoso de Petrópolis, que atendeu a um pedido do Ministério Público do Rio de Janeiro (MPRJ), obrigando o município a fornecer material escolar aos estudantes em 2026. Esse gasto também precisa constar no documento.

Devido aos apontamentos, a parlamentar oficiou a Prefeitura pedindo que haja uma revisão do projeto, para que ele possa ser apreciado na Casa Legislativa novamente.

## O que é LDO e LOA?

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é um dispositivo legal, produzido pelo Executivo que estabelece metas e prioridades orçamentárias para a construção da Lei Orçamentária Anual (LOA), que planeja as despesas, saldos, recursos de entidades públicas e privadas e a destinação desses para cada área que compõem a estrutura pública. Depois de pronto é encaminhado à Câmara Municipal para apreciação e votação em primeira e segunda discussão.

Nesse sentido a LDO deve conter metas anuais com os valores e projeções, de dívidas e despesas do município. Já a LOA junta todo o projeto e

assegura as metas e prioridades para o próximo exercício financeiro, garantindo o planejamento responsável dos gastos públicos, que contém as emendas parlamentares, um objeto que a Casa Legislativa, pode utilizar no processo de elaboração da lei, para que seja possível adicionar ou modificar certos itens.

Na Câmara de Petrópolis, a LDO já foi votada em primeira discussão dia 17 de junho e em segunda discussão foi dia 08 de julho. A redação final após as emendas foi votada em 15 de julho. Segundo o Legislativo, após a fase, os vetos serão apreciados pelo plenário em sessão ainda não definida.

No caso da LOA, a Lei 97/2001, determina que poderá ser encaminhada até três meses antes do encerramento do exercício financeiro e devolvida para sanção até o encerramento da sessão legislativa. Ou seja, até o final do ano. Depois do trâmite da votação em primeira e segunda discussão, as matérias e as emendas serão devolvidas para a sanção ou veto pelo Executivo.

## O que diz a Prefeitura

Sobre o valor destinado à alimentação escolar e se haverá inclusão da medida preferida pela Justiça ligada ao fornecimento dos materiais, a Prefeitura não respondeu se vai modificar os itens no projeto para atender às demandas expressas até o final desta edição.

## Serratec recebe delegação da China

Johnnata Joras/CM

para toda a Região Serrana.

O encontro desta segunda-feira contou com a apresentação de empresas vinculadas ao Serratec e da própria delegação. Para o presidente do Serratec, Alexandre Macedo, o intercâmbio é considerado de extrema importância. "É super importante essa conexão do Serratec com delegações de outras partes do mundo, esse intercâmbio comercial", disse Macedo.

De acordo com Alexandre Macedo, a delegação que esteve em Petrópolis faz parte do distrito que mais investe em projetos no Brasil. "Essa delegação que veio nos visitar é do distrito que mais investe no Brasil. É uma grande oportunidade para as empresas que estão aqui", ressaltou o presidente do Serratec.



Reunião aconteceu nesta segunda-feira (8), no Parque Tecnológico da Região Serra, em Petrópolis